

A PERCEPÇÃO DOS (AS) JOVENS DO MEIO RURAL QUANTO A CONTRIBUIÇÃO DOS CONHECIMENTOS RECEBIDOS NO ENSINO MÉDIO À SUA PRÁTICA PROFISSIONAL¹

Waldeyzi Sena Willock²

Patrícia Cristina Silva de Freitas³

Carlos Renilton Freitas Cruz⁴

Universidade Federal do Pará

Resumo

A educação das populações do campo sempre esteve à margem do debate educacional do país, uma vez que os sujeitos que habitam o meio rural foram (e são) considerados atrasados em relação à população urbana. Por isso, a escola sempre foi escassa, particularmente a de nível médio, os docentes pouco qualificados e os recursos didáticos praticamente inexistentes. Os jovens que concluem a educação básica em escolas rurais quase sempre buscam o meio urbano como ancoradouro de um futuro profissional seguro e menos penoso. Nesse contexto o estudo busca analisar e compreender como os/as jovens egressos/as do ensino médio ofertado no meio rural em uma escola do município de Igarapé-Açu, estado do Pará, percebem a contribuição dos ensinamentos ofertados pela escola para a concepção de Educação do Campo e a prática profissional que desenvolvem atualmente. Para tanto, foi utilizada na pesquisa um roteiro de entrevista que serviu de auxílio para o tratamento das análises à uma amostragem das turmas egressas nos anos de 2007, 2008 e 2009. Os resultados apontam à fragilidade que a escola de ensino médio rural apresenta quanto aos aspectos formativos do cidadão crítico na sociedade, fato que repercute, na maioria dos casos analisados, na atuação no mundo do trabalho, que por vezes é considerado somente fora do meio rural.

Palavras-chave: Ensino Médio; Trabalho; Jovens; Educação do Campo.

Introdução

Segundo Kuenzer (2007, p. 26), a (des) articulação das redes profissional e da educação geral, construídas desde o surgimento da primeira iniciativa estatal para atender as necessidades socialmente definidas pela divisão social e técnica do trabalho, esta atrelada ao fato de que desde o início do século XX, a execução se deu a priori à

¹ Trabalho desenvolvido com o apoio do Programa PIBIC/UFPA.

² Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará. Bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: deiziwillock@gmail.com

³ Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará. E-mail: Patycrisbel@hotmail.com

⁴ Docente do Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Pará. E-mail: renilton@ufpa.br

criação das escolas profissionais, enquanto que o ensino médio, criado somente a partir dos anos 40.

Segundo a autora esse contexto está atrelado à (des) integração dessas duas redes, implicando à problemática da educação ofertada principalmente aos povos do campo como mostram alguns autores como: (Caldart, 1997; Arroyo, 2003; Leite, 1999).

No meio rural a situação é ainda mais complexa, pois a educação ali ofertada, “por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária” (Leite, 1999, p. 14).

Durante todo o século XX, as iniciativas estatais voltadas à educação da população rural estiveram sempre pautadas numa concepção de educação que percebia o campo como um espaço social e economicamente atrasado, face ao processo de modernização do meio urbano desencadeado pela industrialização que se acelera a partir da década de 1930. Os sujeitos sociais que habitavam aquele espaço marcado pelo atraso foram estigmatizados e colocados à margem de políticas públicas básicas, que aliado ao apelo modernizante da cidade, serviu de catapulta para o vigoroso êxodo rural experimentado naquele período.

Assim, refletir o espaço ocupado pelo trabalho no processo de elaboração do conhecimento é fundamental, considerando que ao produzir as condições materiais de sua existência, o ser humano produz também um conjunto de ideias e representações que expressam um saber e uma consciência de sua situação histórica e cultural, considerando os altos índices do êxodo da juventude camponesa nas últimas décadas e tendo em vista que a educação como prática social e histórica. Repensar a formação de jovens rurais é uma necessidade para todos que estão comprometidos com a construção de uma sociedade humanizada.

Desta forma parece importante entender o percurso trilhado pelos jovens do campo desde a escola média até o mundo do trabalho, evidenciando as motivações que os orientam nessa empreitada.

Metodologia e lócus da pesquisa

Os dados de campo foram coletados através de entrevistas semi estruturadas, com o auxílio de um roteiro que colaborou para o tratamento das informações obtidas.

O público alvo foram egressos/as do curso de ensino médio⁵, concluintes nos anos de 2007, 2008 e 2009 da escola estadual João Batista de Moura Carvalho situada na Vila Caripí, mais conhecida como comunidade São Luis, localizada no município Igarapé-Açu – Nordeste do estado do Pará.

A Vila Caripí, mais conhecida como comunidade São Luis, possui aproximadamente “2.500 habitantes, em sua maioria descendentes de nordestinos colonizadores do antigo núcleo de São Luís, oriundos principalmente, dos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte” (Cruz, 2011, p. 226, apud Rocha, 2004). Dentre outros fatores que marcam negativamente o lugar encontram-se a carência na infra-estrutura, nas áreas de saúde, no saneamento básico, no incentivo à produção agrícola e principalmente na educação oferecida aos moradores desta localidade, ou seja, situação de quase abandono por parte do poder público, “fato que alimenta a desesperança de alguns em viverem dias melhores”. (Cruz, 2011, p. 227).

Os Jovens e a Juventude

Já que o público alvo desta pesquisa são jovens egressos/as do curso de nível médio equivalente aos anos de 2007, 2008 e 2009, sentimos a importância em definir sobre qual juventude afinal estamos falando. Uma vez que, considerando que a definição mais comum, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e estabelecida em 1985, define como jovens, de uma forma geral sejam eles/as inseridos/as em localidades consideradas urbanas ou rurais, aqueles/as incluídos/as na faixa etária entre os 15 e os 24 anos, neste trabalho o conceito de juventude adotado será caracterizado a partir da ideia de que a juventude pode ser compreendida como um estado da existência humana independente do período da vida biológica, isso nos direciona à uma visão aproximada da faixa etária dos/as jovens em questão, pois os/as mesmos/as encontram-se na faixa-etária entre 20 a 40 anos de idade.

Nesse sentido José Machado Pais (1993) desenvolveu suas considerações defendendo a ideia de que o conceito de “juventude” deve ser compreendido como uma construção social, ou seja, não existe uma forma única de transição para a vida adulta, assim como não há apenas uma forma de ser jovem. Nessa mesma direção, Sposito (2003) reconhece a existência de várias juventudes em decorrência do pertencimento

⁵ Neste estudo será adotado o termo Ensino Médio, equivalente à educação secundária, ensino secundário e o antigo 2º grau.

das classes sociais, das relações de gênero, do estilo de vida, de local em que habitam, dentre outros determinantes.

Assim, trataremos o público alvo desta pesquisa como Jovens egressos/as do meio rural considerando essas várias formas de juventude.

Resultados

Dentre as turmas egressas do curso de nível médio investigado houve um número de 73 alunos matriculados. No entanto, por motivos de desistência, transferência e falecimento de alguns alunos/as, 69 foram os que de fato conseguiram concluir o referido curso. Desses/as, 38 concluintes dentre os/as que residem e os/as que não mais residem na localidade, foram ouvidos na pesquisa, como mostra a tabela I.

Tabela 1

Número de matrículas e egressos/as ouvidos/as na pesquisa - Ensino Médio Regular – Escola João Batista de Moura Carvalho – 2007 a 2009.

Ano	2007	2008	2009
Matrículas	22	26	25
Egressos/as participantes da pesquisa	10	17	11

Os resultados a seguir apresentam um recorte sobre a educação ofertada aos moradores da comunidade rural em questão, sobretudo, aos ensinamentos ofertados pelo curso de nível médio.

Para que possamos refletir acerca da Educação que vem sendo oferecida à população do campo, nada mais justo trazer um posicionamento sobre a utilização do conceito Educação do Campo.

Educação do Campo

Um dos aspectos que serviram como norteadores neste estudo foi os princípios da Educação do Campo e não educação rural, assim como em consonância com alguns autores/as como Caldart (2000); Arroyo (2004); Molina (2002); dentre outros/as estudiosos/as sobre a temática Educação do Campo.

Seus estudos apontam que a Educação do Campo, ao contrário da Educação Rural, não considera o prolongamento dos processos escolares urbanos. Nesse sentido vale destacar que a Educação do Campo leva em consideração a participação dos sujeitos que vivem no e do campo, assim como suas particularidades. Assim, “... a escola do campo tem que ser um lugar onde especialmente as crianças e os jovens possam sentir orgulho desta origem e deste destino; não porque enganados sobre os problemas que existem no campo, mas porque dispostos e preparados para enfrentá-los, coletivamente” (Caldart, 2002, p.35).

Vale dizer ainda que a ideia fundamental na compreensão da perspectiva desta proposição de acordo com (Caldart, 2010, p. 230):

“não se trata em pensar uma educação profissional em separado para o campo, específica para seus sujeitos e fragmentada do debate geral (isso seria desastroso em relação aos objetivos de transformação social e de emancipação humana que nos orientam), mas sim de trazer para o debate geral de concepção e de políticas públicas de educação profissional questões que têm sido formuladas desde a realidade, esta sim específica, do trabalho no campo, dos embates dos projetos de desenvolvimento, de modos de fazer agricultura e das experiências de formação profissional dos seus sujeitos”.

O objetivo com isso não é fixar as pessoas onde estão e sim garantir o direito de acesso ao conhecimento sobre o local onde vivem para que decidam se querem ficar ali ou, caso o contrário tenham condições de viver na cidade. Portanto, Educação do Campo se trata de uma educação baseada nos direitos dos povos do campo, que não deve ser limitado somente na escola, e sim nos ensinamentos encontrados para além dela. Por isso, torna-se de suma importância entender o tipo de educação que vem sendo oferecido em uma escola situada em uma localidade do campo.

Os Conhecimentos ofertados pelo curso de Ensino Médio

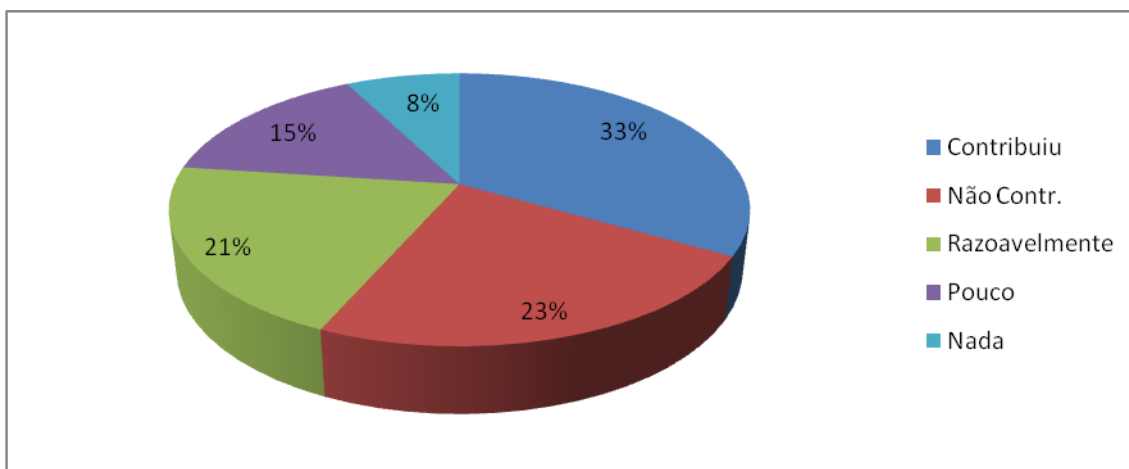
Um dos intuitos nesta parte da pesquisa é o de compreender de que forma os conhecimentos oferecidos pelo curso de nível médio ofertado aos/as alunos/as do campo contribuíram na percepção quanto ao termo Educação do Campo uma vez que segundo Azevedo de Jesus (2004, p. 127): “Educação do Campo banha-se no próprio campo que foi perversamente desqualificado, para pensar de forma crítica e propositiva a vida. Por isso ela é uma prática fundamental de reinvenção social, pois questiona os dispositivos utilizados para manter a desigualdade e a exclusão”.

Assim, um dos principais princípios da Educação do Campo é a inclusão de todos que no campo atuam. Para isso é necessário que esses atores se reconheçam como

sujeitos de direito evidenciando e avaliando criticamente as condições e realidade em que vivem.

A partir desta ideia, buscamos compreender de que forma o curso de nível médio favorece os sujeitos contribuindo nas questões locais da comunidade. O gráfico a seguir mostra a percepção dos/as egressos/as quanto aos conhecimentos ofertados pelo curso voltados à aspectos que levassem em conta essa realidade.

Gráfico I – Contribuição do curso de Nível Médio quanto às questões locais segundo a percepção dos/as egressos/as



Quando questionados se “o curso de nível médio contribuiu para as questões locais utilizando a realidade da comunidade”, 33% dos/as entrevistados/as, ou seja, a maioria mostrou o curso de nível médio como contribuidor aos aspectos locais da comunidade; 23% dos/as entrevistados/as disseram que o curso não foi contribuidor nestes aspectos, enquanto que o restante percentual disse que razoavelmente, pouco ou nada o curso de nível médio foi contribuidor nas questões locais.

No entanto, a pergunta: “Se você pudesse, mudaria ou acrescentaria algo no aspecto dos conhecimentos recebidos no curso de nível médio?” Mostrou algumas contradições observadas através das seguintes falas:

“A acrescentaria com certeza... É... mostrar mais a realidade, ajudar, tem aquele ditado que fala assim: “Dar o peixe e ensinar a pescar” né? Ajudar as pessoas a buscar o conhecimento, a viver melhor”. (Roberta Fernandes - 2007)

“Poderiam falar muito mais se tratando de uma comunidade rural... Eles falavam pouco sobre agricultura”. (Antonia Edilene – 2008)

“La é muito precário, e agora ta pior por que os professores são todos de fora, ai tem dia que o professor vai tem dia que o professor não vai, os alunos ficam prejudicados que não tem aula”. (Janaina Joane – 2008)

“Sim acrescentaria com certeza né... Ter mais atividades práticas, mesmo fora de sala de aula, não é só ir pra aula. Que tivesse mais atividades, acho que envolvesse os alunos”. (Raíssa Miranda – 2008)

Percebemos que ao serem avaliados, os conhecimentos recebidos, ainda mostram certa fragilidade. O gráfico I, mostra que a maior parte dos/as entrevistados/as disseram ser o curso de nível médio contribuidor aos aspectos locais da comunidade. Porém, se tivessem o poder em mudar algo em relação à esses conhecimentos, certamente o fariam.

“A melhor busca pelo conhecimento; Questões que melhor ressaltem a realidade rural; Professores trazidos de outras localidades”... Várias foram as questões levantadas pelos sujeitos entrevistados.

Mais preocupante ainda, é o aspecto de alguns jovens não apresentarem reais condições em avaliar estas questões, mostrando que o curso nem se quer esta apto a preparar um cidadão crítico para avaliar a realidade que o cerca assim como mostram os exemplos abaixo:

“Com certeza... O ensino, o jeito dos professores ensinar a gente. Não mostravam a realidade do campo né... Não sei nem como te dizer...” (Antonio Pinheiro – 2009).

“... Acho que sim, Razoável né por que a gente não pode mudar nada...” (Ronã Luis – 2009).

Observa-se que o ensino que vem sendo ofertado na maioria dos casos, e de acordo com as ideias de Cruz (2011, p.) “ainda se encontra de costas à realidade local, estrangeira em seu próprio território, e, por isso, descomprometida com processos sociais direcionados a subverter a lógica que atualmente preside ao desenvolvimento do campo”. Desse modo, destaca-se a fala de uma egressa que ao falar sobre as questões equivocadas aos princípios da Educação do Campo, diz que:

“A escola ela se baseava nas outras né? Ela não era voltada pra comunidade como um todo... Era mercado de trabalho no caso... Eu mudaria a forma de lecionar né? Os meios de ensino. Tipo assim: eles não nos dão continuamente pra gente se formar,

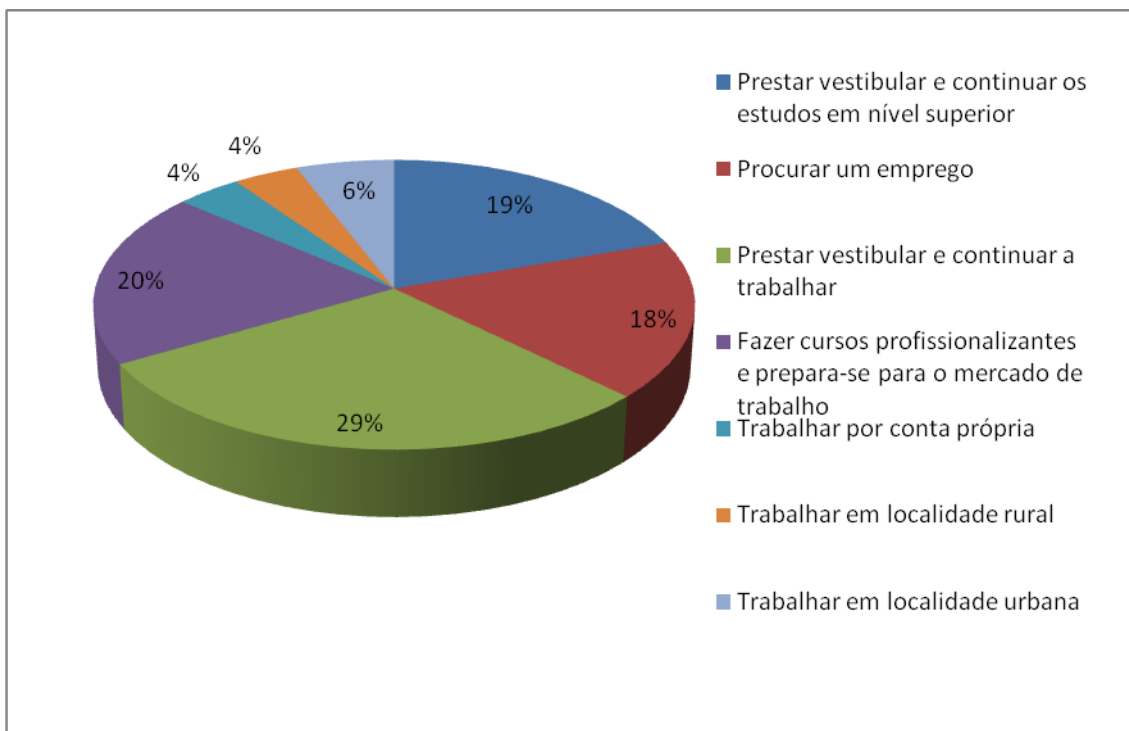
dirigir opinião. Só passam o que eles já sabem né? são só repetidores de informações...” (Ellen Tamires – 2009).

Essa percepção pregada pela escola – a de que o aluno deve concluir o curso de Nível Médio visando o mercado de trabalho assalariado – talvez reflita em outras constatações. Uma delas diz respeito à falta de incentivo do curso para a continuação de seus estudos em níveis mais avançados.

Os dados obtidos na pesquisa mostram que ao serem interrogados/as quanto a *“principal decisão que pensavam em tomar antes de concluir o curso de Nível Médio”*, 29% dos sujeitos entrevistados apontaram por *“prestar vestibular e continuar a trabalhar”*, já que um número desses estudantes já encontrava-se inserido no mundo do trabalho, ou seja, a maioria manifestou o interesse de mesmo trabalhando, dar continuação nos estudos, reconhecendo a importância em consolidar trabalho com estudo; enquanto que a segunda grande maioria, 20% dos entrevistados mostraram o desejo em *“fazer cursos profissionalizantes e se preparar para o mercado de trabalho”*. Acompanhado desse percentual outros 19% disseram que seu principal intuito após a conclusão do curso de Nível Médio era somente *“estudar em curso de Ensino Superior após prestarem vestibular”*; Enquanto outros 18% almejavam *“somente procurar um emprego”*.

Através desses dados percebemos o elevado grau de interesse em dar continuidade nos estudos.

Gráfico II – Principal decisão antes de concluir o curso de Nível Médio



Porém, chegamos à questão de que: a turma de 2008 mesmo que com percentuais muito parecidos aos da turma de 2007 e 2009, aproveitaram, ainda que minimamente, mais a continuação educacional. Ou seja, dos 38 jovens ouvidos, dentre as turmas de 2007, 2008 e 2009 somente cinco pessoas destinam seu tempo somente ao estudo, outras três pessoas trabalhando e dividindo o tempo com estudo conseguindo de fato dar continuidade a expansão educacional (ver tabela II). Número considerado baixo dentro do que perspectivavam os estudantes do curso de ensino médio.

Quando perguntamos o motivo de não darem continuidade à esse desejo – o de continuar os estudos – uma fala sintetizou o anseio das outras:

“Ah, eu queria continuar os estudos sim né, e muito, mas ai preciso trabalhar também, e como trabalho o dia todo, não sobra tempo pra nada, nem pra estudar...” (Antonia, 2007).

A fala da egressa sintetiza como pensam a maior parte dos/as entrevistados/as. Embora reconheçam a importância em dar continuidade aos estudos reconhecem também que se trabalham não estudam e se estudam não trabalham.

Outro fato encontrado ainda através do Gráfico II, refere-se a minoria dos sujeitos entrevistados, apenas 4%, que gostariam em trabalhar em *atividade ligada à localização rural*, ressaltando o acentuado êxodo rural, sobretudo causado pelos mais

novos, embora reconheçam gostar de viver no campo pela tranquilidade e pelos demais fatores que são apontados como um bom lugar para se viver – em comparado com a cidade.

O curso de Ensino Médio deve oferecer as ferramentas necessárias para que o/a aluno/a tenha reais possibilidades em interpretar criticamente as circunstâncias à sua volta, porém, através dos dados apresentados não percebemos diferentes resultados dentro desta evolução. Reforçando esta perspectiva, Fernandes (2002, p. 97) destaca:

“... nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: de sua realidade. Quando pensamos um mundo a partir de do lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade”.

O Curso de Nível Médio e a preparação para o Mundo do Trabalho

Como vimos, o curso de Nível Médio tem o poder de (dê)s construir valores e escolhas que irão repercutir positiva ou negativamente a vida de um/a egresso/a. Em decorrência disso observam-se algumas finalidades do ensino médio enfatizadas no artigo 35 da LDB:

- I – A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos;
- II – A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz a se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação e aperfeiçoamento posteriores;
- III – O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV – A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

A partir do momento que propõe essas percepções de formação básica, desta vez compondo o currículo, a LDB “assume concepções que apontam como síntese entre conhecimento geral e o específico, determinando novas formas de selecionar, organizar e tratar metodologicamente os conteúdos. Sobre isso (Kuenzer, 2007. p. 39) diz que:

“Essa concepção é correta por tomar o conceito de trabalho como práxis humana, ou seja, como o conjunto de ações, materiais e espirituais, que o homem, enquanto indivíduo e humanidade, desenvolve para transformar a natureza, a sociedade, os outros homens e a si próprio com a finalidade de produzir as condições necessárias à sua existência. Desse ponto de vista, toda e qualquer educação sempre será educação para o trabalho”.

Sabemos que nos dias atuais o exercício das profissões requer a totalidade de nosso desempenho, visando que nosso desenvolvimento deve levar a compreender o mundo que nos cerca, interpretando assim contextos reais, incorporar novas tecnologias, integrar equipes de trabalho... Nesse sentido é importante tocar em alguns aspectos voltados a atual escolha profissional que encontram-se os/as egressos/as.

Trabalho: Situação atual

Como princípio de análise destaca-se o fato de que muitos ou a maioria dos/as jovens em questão, ao concluírem o curso de nível médio na localidade rural do município de Igarapé-Açu, migram para outras localidades vizinhas ao município, em sua maioria urbana, sobretudo à cidade de Belém na qual está concentrado o maior número de serviços no mercado de trabalho.

Para analisarmos a situação da ocupação atual dos/as jovens, os dados foram subdivididos nas seguintes categorias: Os/as jovens que declararam somente estudantes e não trabalham; Aqueles/as que mesmo estudando também exercem algum outro tipo de trabalho; Aqueles/as que declararam apenas trabalhar sem estar estudando e aqueles/as que se consideraram de fato “desempregados/as”, ou seja, os/as que não exerciam algum tipo de atividade (nem trabalham, nem estudam).

Dentre os/as jovens entrevistados/as, a grande maioria encontra-se entre os/as que declararam somente trabalhar, ou seja, não estudam ou exercem alguma outra atividade, somente trabalham. Em seguida encontram-se os/as que disseram estar desempregados/as. Restando assim a minoria que se auto declarou somente estudante – publico encontrado entre os mais novos - e os que disseram estudar e trabalhar ao mesmo tempo.

Tabela II - Situação de trabalho e estudo – Egressos de 2007, 2008 e 2009

Situação	Anos		
	2007	2008	2009

Só trabalham	7,0	6,0	3,0
Só estudam	0	4,0	1,0
Trabalham e estudam	0	2,0	1,0
Desempregados/as	3,0	5,0	6,0
Total	10,0	17,0	11,0

O quadro também aponta à tendência do aumento entre os desempregados/as (os/as que declararam desenvolver atividade alguma, ou seja, nem trabalham e nem estudam). Esse fator vem chamar atenção ao fato de que as possibilidades de inserções no mercado de trabalho não estão garantidas apenas pelo processo de escolarização.

Este dado pode ser considerado revelador a partir do momento que desmistifica a ideia de que somente a passagem com sucesso pela escola será suficiente para garantia de um emprego na cidade, pois parte dos entrevistados, mesmo morando em áreas urbanas, compõe o considerável percentual de jovens desempregados/as. Mesmo tendo em sua maioria os/as jovens que residem na comunidade São Luis, percebemos o interesse em migrar para as cidades com o intuito de adentrarem o mercado de trabalho.

Outra questão reveladora é o sentido de como o termo trabalho é tido pelos/as jovens, somente como uma reprodução dos meios de existência que se dá dentro do processo do sistema capitalista. Este se mantém através do tempo gasto pelo trabalhador que vende sua força de trabalho ao empregador que por sua vez oferece um salário que não contempla esse mesmo tempo e energia gasto neste processo. Essa percepção desconsidera o trabalho como princípio educativo.

Porém, esses/as mesmos/as jovens, assim como (Kuenzer, 2007, p. 38), entendem que somente através de um trabalho digno, que lhe favoreçam tempo e melhores condições, possibilitem a oportunidade em continuação aos estudos no ensino superior.

“Para a maioria dos jovens, o exercício de um trabalho digno será a única oportunidade de continuar seus estudos em nível superior; o Ensino Médio, portanto, deverá responder ao desafio de atender a estas duas demandas: o acesso ao trabalho e a continuidade de estudos, com competência e compromisso”.

Ao serem indagados quanto a satisfação em atuar na atividade em que estão inseridos, a maioria dos entrevistados mostrou algum tipo de insatisfação: seja com a má remuneração ou mesmo com a sobrecarga de trabalho desenvolvido, fatores que

certamente podem transformar o trabalho em uma situação aversiva. Com isso, foi interessante saber o que fazem ou que tipo de trabalho desenvolvem estes/as jovens egressos/as do Ensino Médio.

Para conseguir visualizar de fato onde os/as jovens estão inseridos no mercado de trabalho criamos os seguintes critérios sócio-ocupacionais utilizadas para esta pesquisa, que foram elaboradas segundo alguns exemplos como, a representação social da ocupação, atividades consideradas urbanas ou rurais; assim, as categorias criadas foram as seguintes:

Tabela III – Categorias de ocupações exercidas

Categorias	Exemplos
Trabalhadores Rurais	Na agricultura, no campo, na fazenda, na pesca etc.
Trabalho em Indústrias	Tecelões, Montadores de equipamentos, forneiros mecânicos etc.
Construção Civil	Toda e qualquer construção de obras como casas, edifícios etc.
Comércio	Supermercados, lojas, ambulantes etc.
Funcionário Público	Do governo federal, estadual e municipal
Profissional Liberal	Professores, técnicos, advogados etc.
Trabalhador doméstico	Faxineiro/a, cozinheiro/a etc.

Assim, identificamos que a maioria dos jovens que estão inseridos em alguma atividade no mercado de trabalho, encontram-se no setor do comércio, acompanhados dos trabalhadores domésticos e pelos que atuam na construção civil. Alguns/as desses/as disseram não estar totalmente satisfeitos/as pelo fato de estarem envolvidos em jornadas exaustivas, não restando tempo algum em desempenharem alguma outra atividade que não esteja ligada ao trabalho assalariado que desenvolvem atualmente.

Assim, percebemos a grande problemática da educação brasileira enfatizada sobretudo no alicerce dos cursos de nível médio, que por sua vez pode ser entendido como “...uma jornada na busca de identidade, de um conjunto de objetivos e finalidades que o defina em relação a sua própria especificidades e no relacionamento com os demais níveis e modalidades de ensino”. (Romir Rodrigues, 2010. P. 181)

Porém, ao contrário do que diz o autor, o curso de nível Médio em questão, parece mais estar preocupado em preparar seus alunos ao formal mercado de trabalho, não apresentando se quer a verticalidade da formação profissional ou a compreensão da valorização social do ensino superior.

Neste caso, o que se percebe, é uma dupla oferta de ensino em que à classe trabalhadora é ofertada uma educação mais voltada ao mercado de trabalho, com se a escola fosse uma fábrica modeladora de futuros assalariados ao sistema que rege a sociedade. Nesta perspectiva Kuenzer, 2001, p. 12) afirma que:

“Se a divisão social e técnica do trabalho é condição indispensável para a constituição do modo capitalista de produção, à medida que, rompendo a unidade entre teoria e prática, prepara diferentemente os homens para que atuem em posições hierárquicas e tecnicamente diferenciadas no sistema produtivo, deve-se admitir como decorrência natural deste princípio a constituição de sistemas de educação marcados pela dualidade estrutural. No Brasil, a constituição do sistema de ensino não se deu de outra forma”.

Portanto, é de imediato estímulo que se cumpra o que está estabelecido através das leis da educação relacionado às técnicas de trabalho, oferecendo aos educandos reais possibilidades ao avaliar criticamente o que realmente almejam em suas vidas. Assim, articulando essas dimensões, é importante que se toque na questão do trabalho como um princípio educativo, uma vez que, se apropriando das palavras de (Ramos 2003), “o ser humano é um produtor de sua realidade e por isto se apropria dela e pode transforma-la”. Equivale dizer ainda que:

“... nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social. [portanto utilizar trabalho como princípio educativo] ... é proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas” (Ramos, 2003, p. 4 e 5).

Considerações Finais

O mundo do trabalho, em que se encontram os/as egressos/as, por sua vez os explora como mão-de-obra barata e sem direitos sociais, e não assimila seus anseios e pontos de vista de como construir uma sociedade mais justa.

Opondo-se ao pensamento de que o campo é um território visto como espaço somente de produção (Molina, 2006, p. 08), enfatiza que o espaço rural deve ser

compreendido como “território de produção de vida, de produção de novas relações sociais; de novas relações entre os homens e a natureza; entre o rural e o urbano. O campo é território de produção de história e cultura, de luta de resistência dos sujeitos que ali vivem”.

A compreensão clara quanto ao tipo de educação que temos e o tipo de educação que queremos parece ideias ainda indissociáveis. Descomprometida com processos sociais direcionados a subverter a lógica que atualmente preside ao desenvolvimento do campo. Comprometida com a modernização da sociedade, a escola rural serviu e serve como uma via de mão dupla, onde, por um lado, entram os valores urbanos e, por outro, os jovens abandonam as comunidades e suas culturas. Empenhada com a função de motivadora e mobilizadora dos trabalhadores para o trabalho assalariado e para a integração na relação salarial que caracteriza o capitalismo.

Infelizmente, em que pese a ação do Estado e a mobilização da sociedade brasileira, ainda é nitidamente visível os limites da educação ofertada aos povos do campo. Ainda são muito escassas as escolas de ensino médio erguidas no meio rural. No geral, cumprindo sua função modernizadora, a escola se encontra descolada do contexto local e atrelada a uma visão de mundo urbana-industrial que pensa a formação dos jovens como uma preparação para o ingresso no mundo do trabalho citadino.

Referências

ARROYO, Miguel. **Pedagogias em Movimento: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?** Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, jan/jun, 2003.

_____. Por um tratamento público da educação do campo. In: MOLINA, Monica Castagna; AZEVEDO DE JESUS, Sonia Meire Santos (Orgs). **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Coleção por uma Educação do Campo, nº5, Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.

CALDART, Roseli (2004). **Elementos para a construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/rcaldart%20TN2.htm>. Consultado em 10 de abril de 2007, 1997.

_____. A escola do campo em movimento. In: BENJAMIM, Cesar; CALDART, Roseli Salete. (Orgs). **Por uma Educação Básica do Campo**. Coleção por

uma Educação Básica no Campo. nº 3, Brasília: DF. Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2000.

CRUZ, Renilton. **Trabalho e educação no meio rural da Amazônia: a família e a escola como agentes formadores**. Tese de Doutorado. Braga, Portugal, Universidade do Minho, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Diretrizes de uma caminhada**. In: Kolling, Edgar Jorge et all (org). Coleção por uma Educação do Campo nº 4, Brasília, DF. Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

KUENZER, Acacia. **Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2007.

LEITE, Sergio Celani. **Escola Rural. Urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

MOLINA, Monica Castagna. desafios para os educadores e educadoras do campo. In: **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Coleção por uma educação do campo. nº 4, Brasília, DF, Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Lisboa. 1993.

SPOSITO, M. P. **Os Jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

